

Editorial

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF) apresenta o segundo número de 2022, composto por artigos que, em continuidade ao primeiro número, tocaram a temática do “Acesso à justiça no Brasil: desafios e propostas em múltiplos níveis”.

Com o objetivo de descortinar o tema, bem como ampliar as compreensões que se fazem diante das grandes complexidades que envolvem permitir acessar a direitos, apesar de condições socioestruturais estigmatizantes e limitantes, bem como obstáculos materiais e culturais, este número apresenta relevantes contribuições acadêmicas, que irão enveredar-se por questões relevantes e que devem ser debatidas na busca de uma justiça mais inclusiva, plural e que não se limite às formalidades burocráticas estatais.

Em *A guarda compartilhada em contexto de violência doméstica e familiar: breve análise à luz do filme “Jusqu'à la garde”*, Emerson da Silva Mende, Thiago Trindade de Almeida e Ceila Sales de Almeida, tendo como inspiração o mencionado filme, pretendem discutir a relação jurídica estabelecida em disputas de guarda dos filhos, no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Comicidade e antirracismo: atos artísticos e pedagógicos para a cena contemporânea, Elison Oliveira Franco, acentua questionamentos sobre a fruição do cômico e do riso em uma sociedade racista, percorrendo sobre elementos necessários para uma comicidade antirracista.

Alimentos compensatórios e o Superior Tribunal de Justiça: análise à luz da disparidade de gênero, de Myrelle Jacob Gonçalves, analisa decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça sobre os alimentos compensatórios, problematizando a presença do recorte de gênero nessa temática.

Patrícia do Amaral Gonçalves Oliveira, em *Justiça acima de todos?*, a partir de instigações surgidas de matéria jornalística envolvendo a história de 3 (três) homens negros que estão respondendo a processo criminal em Recife, desenvolve a temática do racismo estrutural e institucional a partir de Lélia Gonzales e sua Amefricanidade, e de Walter Mignolo e sua desobediência epitémica e identidade em política.

Finalizando este número, Bernard dos Reis Alô e Cleber Francisco Alves, em *A Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988 e a Defensoria do povo*, irão situar a discussão na Assembleia

Nacional Constituinte e na figura da “Defensoria do Povo”, como outra instituição apta a ampliar o acesso à justiça, com ênfase extrajudicial e articulada perante o Poder Legislativo.

Como visto, os artigos trazem temas sociojurídicos de grande relevo, inclusive utilizando-se do lúdico, das artes e do próprio fazer jurídico enquanto instrumento com potencial emancipador. Dessa feita, renova-se a missão de a Defensoria Pública, enquanto concretizadora da garantia de acesso à justiça, voltar-se para o enfrentamento às desigualdades estruturais que afligem grupos socialmente vulnerabilizados, diminuindo as distâncias e atuando diretamente nos grandes problemas vivenciados por um grande contingente de brasileiros que se situam nas cidades, embora muitas vezes à margem dos benefícios socioculturais que se apresentam.

A *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal* agradece aos colaboradores deste número, que auxiliaram na consecução de seus objetivos e na análise das contribuições que enriqueceram as páginas desse periódico. O convite ao debate está posto!

Alberto Carvalho Amaral

Editor-chefe

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal